

A PERMANÊNCIA E A DEFESA DA IDENTIDADE RELIGIOSA, CULTURAL E ARQUITETÔNICA DOS PORTUGUESES COLONIZADORES DO SÉCULO XVIII NO DISTRITO DA ENSEADA DE BRITO – PALHOÇA

The stay and identity defense of religious, cultural and architectural of portuguese settlers in the XVIII Century district of Enseada do Brito - Palhoça

Robson Ferreira Fernandes¹
Eloisa Klein¹

Resumo: A Enseada de Brito se “encaixa” onde os contrafortes do maciço do Cambirela mergulham na baía sul, seu nome se deve ao bandeirante paulista Domingos de Brito Peixoto, que em meados do século XVII ali se estabeleceu. A colônia do bandeirante não prosperou, ele foi mais para o sul, onde fundou Santo Antônio dos Anjos da Laguna, uma das mais antigas povoações do Brasil. Em 1750, quando aportaram na Enseada os primeiros casais açorianos para fundar uma freguesia, encontraram uma centena de “paisanos”, prováveis descendentes dos paulistas de Brito Peixoto e, quem sabe, de náufragos ou degredados. Contemporaneamente, os laços dos colonizadores permanecem ativos e dentro da cultura que irá formar o Distrito. Casas, prédios, vila, praça, igrejas arquitetadas pelos colonizadores portugueses que apresentam laços luso-europeus em todos os caminhos. Na Enseada de Brito está a Igreja Nossa Senhora do Rosário e defronte da mesma uma praça que contempla a história dos açorianos colonizadores. A Enseada de Brito foi a primeira escolha a receber o novo povoado, talvez por reunir uma geografia protegida do vento sul. Sua praça central conserva o traçado original do século XVIII, que irá permanecer até os dias atuais. Esta é uma das primeiras colônias da cultura açoriana e hoje bem atuante no processo histórico.

Palavras-chave: Patrimônio cultural. Enseada de Brito. Colonizadores açorianos.

Abstract: The Enseada do Brito near to Cambirela mountains, its name is due to the São Paulo Bandeirante Domingos de Brito Peixoto that in the mid-seventeenth century there ourselves. The colony bandeirante not prospered, it was further south, where he founded Santo Antônio dos Anjos da Laguna, one of the oldest settlements of Brazil. In 1750, when landed in Enseada do Brito the first Azorean couples to found a parish, they found a hundred "paisanos", likely descended from São Paulo de Brito Peixoto and, who knows, castaways or banished. Contemporaneously, the ties of the settlers remain active and within the culture that will form the District. Houses, buildings, village, square, church architected by the Portuguese settlers who have Luso-European ties in all the way. In Brito Cove is the Church of Our Lady of the Rosary and in front of it a square that includes the history of Azorean settlers. The Baía do Brito was the first choice to receive the new town, perhaps by gathering a protected geography of the south wind. His central square retains the original layout of the eighteenth century, which will remain to the present day. This is one of the first colonies of Azorean culture and active today and the historical process.

Keywords: Cultural heritage. Enseada do Brito. Azorean settlers.

Introdução

O sul do Brasil era uma região praticamente desabitada quando o primeiro governador da capitania de Santa Catarina, brigadeiro José da Silva Paes, recebeu os primeiros 461 imigrantes açorianos na cidade do Desterro, antigo nome de Florianópolis, em 6 de janeiro de 1848. Oito anos depois, em 1856, terminou o grande ciclo migratório, que resultou na incorporação de 7 mil pessoas à área central e às comunidades da Lagoa da Conceição, Santo Antônio de Lisboa e Ribeirão da Ilha, todas na ilha, e também a São José, Enseada de Brito (Palhoça), São Miguel (Biguaçu) e Laguna, no continente. Quando descobriram o Brasil, os portugueses

¹ Centro Universitário Leonardo Da Vinci – UNIASSELVI – Rodovia BR 470 - Km 71 - nº 1.040 – Bairro Benedito – Caixa Postal 191 – 89130-000 – Indaial/SC Fone (47) 3281-9000 – Fax (47) 3281-9090 – Site: www.uniasselvi.com.br

já estavam no norte e na costa da África, nas ilhas do Atlântico e na Índia, mas essas ocupações se davam por razões econômicas e pelo interesse das guerras e da expansão religiosa. Depois da saga de Pedro Álvares Cabral, no ano de 1500, houve uma guinada no esforço de colonização, por causa do tamanho do território recém-descoberto. A partir do século XIV, a Terra de Santa Cruz, primeiro nome do país, se tornaria o novo destino das famílias, porque era preciso ocupar o imenso espaço disponível. Foi nessa cruzada que entraram os açorianos, em meados do século XVIII, período em que o sul do Brasil ainda estava sendo disputado com a Espanha.

Nas primeiras décadas após o descobrimento, muitos portugueses vieram atraídos pela ideia de prosperidade e pelo espírito de aventura, mas isso custava caro para Portugal. Nos séculos XVII e XVIII a imigração cresceu por causa da mineração na região de Minas Gerais. A coroa portuguesa aproveitou para estabelecer os limites do território, que era imenso, despojado e cobiçado por outros países europeus.

A década de 1740 pegou o arquipélago dos Açores, então com 150 mil habitantes, numa situação desfavorável, pela redução na produção de cereais. Era uma sociedade pobre, com muitas semelhanças com todas as sociedades pobres de antigamente. As ilhas de onde veio a maior parte das famílias eram as do grupo central: Terceira, São Jorge, Pico, Faial e Graciosa, as menos pródigas na produção de alimentos.

Entre as causas brasileiras para a emigração estão questões políticas e militares importantes. A coroa portuguesa estimulou a vinda de casais jovens, de famílias numerosas, que pudessem fazer o uso das terras e responder pela expansão econômica e social do território. O projeto era unir o Rio de Janeiro ao Rio da Prata, onde se queria estabelecer a fronteira meridional do país. Nesse viés, a Ilha de Santa Catarina, e em especial a freguesia da Enseada de Brito, tinha uma importância estratégica fundamental, pois ficava no meio do percurso e tinha um bom ancoradouro, já então utilizado por corsários e viajantes.

Povoamento europeu a partir do Século XVI

A visita e descrição da área do atual município de Palhoça, pelo homem branco de origem europeia, principalmente na área do atual distrito de Enseada do Brito é tão antiga quanto a presença destes na região. Os naufragos de diversas expedições, incluindo-se os companheiros de Aleixo Garcia, viveram por certo tempo nos campos de Araçatuba, junto a barra sul da Ilha de Santa Catarina, que era um lugar estratégico para acompanhar o movimento das embarcações e fácil de se esconder nas matas, em caso de perigo.

O povoamento por parte do homem branco no município de Palhoça ocorreu inicialmente na área da Freguesia de Enseada de Brito a partir de meados do século XVII, quando esteve habitando a referida baía o bandeirante paulista Domingos de Brito Peixoto, que a abandonou por problemas, indo se fixar em Laguna. Outros vão se fixar na região, de forma isolada, pelos anos seguintes, como Miguel Antunes Prompto, por volta de 1666. Em 22 de julho do ano seguinte (1666) o Capitão-Mor da praça de Santos, Agostinho de Figueiredo, com poderes do marquês de Cascaes, concedeu cartas de sesmarias de meia légua de terra sobre as margens do rio Massiambú, na Terra Firme, e todo o sertão a Miguel Antunes Prompto e treze companheiros de Guaratuba, que lhe requereram como povoadores. Antônio Bicudo Camacho, em 1698, foi outro povoador que requereu terras na região, conforme segue: O Capitão-Mor da Villa de São Francisco Gabriel de Lara fora por este mesmo tempo (1692) substituído por Francisco Francisque. Este Capitão-Mor, como procurador bastante do marquês de Cascaes, deu por sesmaria passada a 11 de janeiro de 1698 ao Capitão Antônio Bicudo Camacho com vinte cascaes, as terras ao sul do rio Massiambú, compreendendo os Campos de Araçatuba. (BOITEAUX, 1919, p. 5).

O primeiro documento conhecido sobre a população que vivia na Capitania de Santa Catarina, após a chegada dos casais Açorianos, data de dezembro de 1750, escrito pelo então Governador da Capitania de Santa Catarina Manoel Escudeiro de Souza, que registra na freguesia de Enseada de Brito a existência de 125 paisanos, ou seja, moradores que não vieram das ilhas dos Açores e que já vivem no espaço territorial da freguesia. Provavelmente, eram estes os descendentes dos pioneiros que haviam se deslocado para a região no século anterior.

Colonização açoriana de 1750 – fundação da freguesia de Enseada de Brito

Em meados do século XVIII, entre os anos de 1748 a 1756, ocorreu a grande imigração açoriana para o Sul do Brasil, com a chegada de mais de 6.000 açorianos, procedentes principalmente da região central do arquipélago de Açores.

Acredita-se que os açorianos que fundaram a freguesia de Enseada de Brito fizeram parte das primeiras levas que chegaram em 1748 e 1749. Ainda que tenham chegado no ano anterior, a freguesia de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito foi oficialmente fundada em 13 de maio de 1750. Portanto, esta é a data mais antiga relativa ao município de Palhoça, comemorando-se, no ano em curso, a passagem dos 264 anos de fundação.

As pesquisas realizadas indicaram que os 496 açorianos que fundaram Enseada de Brito em 13 de maio de 1750 procediam de sete, das nove ilhas do arquipélago dos Açores, com destaque para a ilha do Faial, que participou com 169 pessoas, portanto, representando 34% dos açorianos que foram para a Enseada de Brito, seguidas das Ilhas de São Jorge, com 21% e a do Pico com 18% que formam um triângulo na região central do arquipélago. Esta diversidade de ilhas e freguesias, fez com que os casais trouxessem as rivalidades que existiam entre os ilhéus, gerando os chamados bolsões de resistências, que ainda hoje estão presentes entre as diversas pequenas comunidades que integram o distrito da Enseada de Brito (FARIAS, 1980, p. 8).

As ilhas do arquipélago eram bem povoadas, se considerarmos a extensão e tipo de relevo existente.

A estrutura de freguesias era comum nas ilhas, permitindo que se conheça a origem destes imigrantes por comunidade.

Os primeiros tempos de Palhoça

Palhoça tem suas raízes históricas fincadas já no século XVII, quando os primeiros povoadores começam a chegar à região, de forma dispersa.

O primeiro a tentar fixar uma povoação no território atual de Palhoça foi o bandeirante paulista Domingos de Brito Peixoto que, segundo informações, estabeleceu-se com propriedade na baía de Enseada de Brito por volta de 1653. A probabilidade de isto ter acontecido é muito grande, pois o nome dado à freguesia, quando da sua criação por casais açorianos em 1750, foi Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito.

Tanto este possível povoamento, como outros realizados ainda no século XVII, indicam que mesmo com a presença de famílias isoladas, dispersas pelo amplo território, não eram suficientes para criar uma povoação das mais simples, conhecida por arraial.

Freguesia (Distrito) de Enseada de Brito – 13/05/1750

Os açorianos foram efetivamente os fundadores da freguesia de Enseada de Brito em

13 de maio de 1750, com a inclusão da comunidade na estrutura política e administrativa do Império Português.

Quando da chegada dos açorianos, já viviam na região da Enseada de Brito aproximadamente 125 pessoas, 25% da população registrada em 1750 pelo governador da capitania, Manuel Escudeiro de Souza. Estes 'paisanos' eram provavelmente descendentes dos Vicentistas trazidos por Francisco de Brito Peixoto em 1653, e de outros povoadores que se estabeleceram em propriedades isoladas na região antes dos Açorianos. Recebeu a freguesia de Enseada de Brito 496 açorianos procedentes das ilhas dos Açores: Faial – 169; São Jorge - 103; Pico – 92; Terceira – 66; Graciosa – 41; São Miguel – 19; Santa Maria – 06. (FARIAS, 1980, p. 9).

Numericamente superiores, mas em situação difícil, fundiram-se à população local, impondo alguns de seus traços culturais e incorporando outros. Os limites da freguesia, estabelecidos em 1750 e que se mantiveram intactos até 1846, eram: ao norte, no rio Cubatão, com a freguesia de São José; ao sul no Mato do Pau da Rainha, ao sul de Garopaba; ao oeste com o Sertão; ao leste com o oceano (TOLEDO, s/d).

Mostrando que a comunidade havia se consolidado demograficamente, conseguido organizar-se economicamente, no ano de 1796 foi descrita pelo então Governador da Capitania de Santa Catarina, João Alberto de Miranda Ribeiro (1959, p. 12).

Fogos (famílias) – 196, livres – 832, forros – 05, escravos – 242; total de 1.091 moradores. (...) produção econômica: em alqueires – 6.000 de farinha de mandioca, 1.277 de arroz, 1.153 de milho, 577 de feijão, 06 de favas, 150 de trigo; Medidas – aguardente de cana – 4.443; melado – 390; Arrobas – açúcar 486; Algodão – 184, café – 09; pedras – linho – 119. Engenhos e fábricas: fábricas de açúcar – 11, engenhos de aguardente – 25, engenhos de mandioca – 65, atafonas de moer trigo – 39, cortumes de couro – 04.

Os dados indicam que a freguesia da Enseada de Brito apresentava um excelente quadro econômico, com uma média de equipamento (engenhos e fábricas) de 1 para cada 1,4 famílias, representando a média mais alta do litoral catarinense no período.

Em 1840, antes dos desmembramentos territoriais possui uma população de 2.731 habitantes.

De sua área territorial foram desmembradas as freguesias (hoje município) de Garopaba (1846) e parte de Santo Amaro da Imperatriz (1854).

Em 1829, o então Presidente da Província Paulo Miguel de Brito, descreve a povoação da Enseada e seus limites, como segue:

Povoação pequena situada na Terra Firme, à beira-mar sobre a costa que borda a sobredita Enseada, fronteira a ponta Caiacanga-Açu, na Ilha, e quase leste-oeste com a mesma ponta. A Igreja é pequena e antiga, dedicada a Nossa Senhora do Rosário e tem um vigário. O limite desta freguesia pelo norte chega a duas léguas, até o sobredito Aririu, por onde extrema com a freguesia de São José, e para o sul avança até seis léguas, até o lugar chamado Pau da Rainha, nos matos de Garopaba (BRITO, 1932, p. 21).

No ano de 1839, através da Lei Provincial 121, ficaram definidos os novos limites entre Enseada de Brito e São José, que praticamente é o atual limite entre o distrito sede de Palhoça e o distrito da Enseada de Brito, como segue:

Artigo Único – O rio Cubatão fica sendo desde a sua foz até as itapaivas de Antônio

Lourenço o limite entre a freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Enseada e o Distrito de S. José, cabeça do termo da Villa do mesmo nome, ficando revogadas para este fim as disposições em contrário (SANTA CATARINA, 1856).

No ano de 1939, portanto 100 anos após, já fazendo Enseada de Brito parte do município de Palhoça, na condição de Distrito, tem-se informações sobre os limites territoriais que se mantêm até hoje:

Entre os distritos de Palhoça e Enseada de Brito, começa no oceano, na barra do rio Cubatão por este acima até a foz do rio Sanga Grande. Entre os distritos de Enseada e Santo Amaro começa na foz do rio Sanga Grande, no rio Cubatão, sob primeiro até sua nascente, daí segue pela serra do Cambirela a nascente do rio Cachoeira do Norte. Entre os distritos da Enseada de Brito e Paulo Lopes – começa na nascente do rio Cachoeira do Norte, por este abaixo até sua foz no rio da Madre; desce por este até desembocar no rio Embahú, por ele abaixo até sua barra no oceano Atlântico (SANTA CATARINA, 1839).

Religião e suas influências

O Distrito da Enseada de Brito, elevada à categoria de Paróquia Nossa Senhora do Rosário, por Alvará Régio do Direito do Padroado de Dom João V, Rei de Portugal, aos 13 dias do mês de maio do ano de mil setecentos e cinquenta (1750).

A Paróquia Nossa Senhora do Rosário está localizada na cidade de Palhoça–SC, precisamente ao sul, no Distrito da Enseada de Brito, abrangendo 75% do seu território, deste, 80% é área de preservação.

A Paróquia Nossa Senhora do Rosário desmembrou sua formação do território da Paróquia do Senhor Bom Jesus de Nazaré de Palhoça. A linha divisória da Paróquia da Enseada de Brito é a seguinte: a norte pelo Rio Cubatão, a leste com o Oceano Atlântico, ao sul com o Rio da Madre e oeste pelo Parque da Serra do Tabuleiro. Hoje, tem uma população em média de 15 mil habitantes. Fica a 16 km do Centro de Palhoça e suas coordenadas geográficas são: 27° 46' 41" S / 48° 37' 38" W.

A Religião é forte e em função disso dedico, a seguir, aspectos da história religiosa com base na cultura açoriana da Enseada de Brito pesquisados nos documentos que constam na Secretaria da Paróquia da Enseada de Brito, cedidas por Pe. João Elias Antero.

Os padres que trabalharam na Enseada de Brito, como vigários e/ou párocos foram os seguintes:

Pe. Antônio Álvares Bittencourt (1751 - 1758)

Pe. João Borba Fagundes (1751 - 1761)

Frei Afonso Neto (1762)

Frei Manuel da Rosa (1762 - 1764)

Pe. Manuel Pereira Braco (1763 - 1764)

Pe. Antônio Vieira da Silva (1765 - 1768)

Pe. Antônio Correa Vidal (1769 - 1771)

Pe. José Antonio da Silveira (1771 - 1779)

Pe. Francisco Coelho Fraga (1779 - 1783)

Pe. Braneiro Castro de Braga (1779 - 1783)

Pe. Antonio Pavão (1783 - 1784)

Pe. Miguel Gomes Torres (1784 - 1793)

Pe. Antonio Palha (1791)

Pe. Inácio Francisco Xavier dos Santos (1794 - 1796)
Pe. Domingos Francisco de Souza Coutinho (1796 - 1800)
Pe. Frutuoso José da Cunha (1800 - 1801)
Pe. Manuel de Souza Menezes (1801) – Administrou a Paróquia por 4 meses.
Pe. João de Souza Ferreira (1802 - 1805) – Vigário encomendado.
Pe. Manuel José Furtado de Mendonça (1805 - 1826) – Foi nomeado pelo Rei e faleceu no dia 27/02/1832 – sepultado na Matriz da Enseada de Brito.
Pe. Geronimo Francisco Coelho (1807) – administrou a Paróquia por 6 meses.
Pe. Geronimo Francisco Martins de Olinden (1826) – faleceu na Enseada e foi sepultado na Matriz.

Pe. Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro (1826 - 1859) – Instalada a República Juliana na cidade de Laguna, no ano de 1839, o gaúcho Davi Canabarro determinou que se marcasse imediatamente as eleições para Presidente da República e se constituiu o Ministério. Para Presidente da República foi eleito o Coronel Joaquim Xavier Neves, de São José. Na impossibilidade de se entregar o Diploma de Presidente da República a Xavier Neves, Canabarro sugeriu então a Conveniência de Empossar Pe. Vicente Ferreira, da Enseada de Brito, um respeitado republicano, na qualidade de Vice-Presidente da República Juliana. Convocado, o Pe. Vicente, apesar de já idoso, retirou-se da Enseada de Brito, e a 28 de agosto de 1839 tomou posse do cargo. Vicente Ferreira dos Santos Cordeiro (Paranaguá – São José, 12 de janeiro de 1860) foi um padre e político brasileiro. Filho de Antonio dos Santos Pinheiro e Ana Gonçalves Cordeiro era pároco na Enseada de Brito quando estourou a Revolução Farroupilha. Após a tomada de Laguna pelos farroupilhas, concorreu à presidência da República Juliana. O vencedor foi Joaquim Xavier Neves por 17 votos a favor, contra 4 dados ao padre Vicente Cordeiro. Porém, como Xavier Neves estava em São José bloqueado pelas forças imperiais, o padre Vicente Cordeiro assumiu a Presidência. Terminada tempestade revolucionária, Vicente Cordeiro voltou para a Enseada de Brito e continuou a cuidar dos assuntos religiosos. Faleceu em 4 de janeiro de 1860 e foi enterrado na Igreja Matriz da Enseada de Brito.

Pe. Bernardo da Cunha Bernardo Junior (1839 - 1841) – Pároco por ter sepultado Pe. Vicente, em virtude da ausência deste mesmo, devido à Guerra dos Farrapos.

Pe. Macário César D’Alexandria e Pe. José Martins do Nascimento (1859 - 1861).

Pe. Carlos Fernando Cardoso (1861 - 1870) – Vigário encomendado e interino até 1872.

Pe. José Martins do Nascimento (1872 - 1882) – Vigário Colado do Ribeirão.

Pe. João Domingos Alves da Veiga (1882 - 1883) – Vigário encomendado de Santo Amaro – 18/02/1889, natural de Portugal – enterrado na Enseada de Brito.

Pe. Corchngelo Ganarini (1884 - 1900).

Desde 1900, os vigários de Santo Amaro da Imperatriz administraram a Paróquia, e os nomes são os seguintes:

Frei Xisto Meius, OFM (1900).

Frei Humilis Thiele, OFM (1904).

Frei Gerônimo Goldhuhle, OFM (1906).

Frei Osvaldo Schlenger, OFM (1907).

Frei Lucinio Korte, OFM (1909).

Frei Meirando Pierre (1911).

Frei Policarpo Schuhen, OFM (1917).

Frei Gervásio Kraemer, OFM (1920).

Frei Nicolau Leuers, OFM (1921).

Frei Menandro Kamps, OFM (1923).

Frei Clemente Tambtosi, OFM (1926).

Frei Gregório Kurpiek, OFM (1932).
Frei Hipólito Topp, OFM (1934).
Frei Teodósio Krause, OFM (1941).
Frei Anacleto Wiltuschnig, OFM (1941).
Frei Benigno Vodonis, OFM (1942).
Frei Vito Berscheid, OFM (1943 - 1945).
Frei Fidêncio Feldmann, OFM (1945).

Em meados de 1960, Frei Raimundo Roit 1949/60 veio prestar atendimentos pastorais na Enseada de Brito; o Pe. Henrique Wedderhoff, a partir de 1967 teve auxílio do Pe. Eugênio Kinceski, pároco do Sagrado Coração de Jesus – Paulo Lopes. Acerca de 1975, sendo arcebispo Dom Afonso Niehues, com a saída de Pe. Henrique, os padres da Palhoça, da Paróquia Senhor Bom Jesus de Nazaré, passaram a atender também a região da desativada Paróquia Nossa Senhora do Rosário, da Enseada de Brito.

Em 1996, por iniciativa do pároco de Palhoça, Pe. Luiz Antônio Caon, iniciaram-se os trabalhos pastorais mais intensos, a fim de reativar a Paróquia da Enseada de Brito. Foram então, designados, sucessivamente, dois vigários paroquiais de Bom Jesus de Nazaré, para prestarem serviços à comunidade da Enseada de Brito de um modo mais especial:

Pe. Ednei da Rosa Cândido – Abril de 1996 a setembro de 1998 – Teve como responsabilidade a reforma da Igreja Matriz.

Pe. José Carlos Dalmas – Outubro de 1998 a julho de 1999, onde veio a falecer nesse último período.

No dia 13 de maio de 2000, em virtude das necessidades paroquiais, é provisionada e reativada pelo Decreto do Exmo. E Revmo. Sr. Dom Eusébio Oscar Scheid, Arcebispo Metropolitano (cf. Reg. nº 077/00 Livro Prot. nº 17), sendo nomeado como pároco o Pe. Valmir Laudelino Silvano, em 13 de maio de 2000, onde teve sua estadia na Paróquia até julho de 2002. Em 28 de julho de 2002, é nomeado o Pe. Celso Antônio Marquetti, que permaneceu até 30 de janeiro de 2003. No dia 9 de fevereiro, mais precisamente às 10h de um domingo, Dia do Senhor, Festa de Nossa Senhora dos Navegantes, Pe. João Elias Antero assumiu a Paróquia, por desígnio de Dom Murilo S. R. Krieger, Arcebispo da Arquidiocese de Florianópolis, para dar continuidade aos trabalhos pastorais iniciados. Ele atuou como pároco da comunidade até o dia 18 de janeiro de 2011.

No dia 30 de janeiro de 2011 toma posse como pároco o Pe. Mauri Costa de Jesus para dar continuidade ao trabalho missionário e paroquial, juntamente com Pe. Josino do Amaral, ocupando o cargo de Vigário.

Aspectos sociais e religiosos

Quando os açorianos se fundiram com a população local da Enseada de Brito, observaram que a sociedade rural da época se apresentava altamente conservadora e preconceituosa.

A ação da Igreja Católica fazia-se presente a cada momento da vida social do indivíduo; zelava a Igreja pelos bens morais e bons costumes. Sem esquecer que os açorianos eram cristãos fervorosos, muito mais praticantes que os portugueses e brasileiros que viviam no Brasil. Desta forma a Igreja centralizava as ações sociais mais significativas. Fizeram com que os paroquianos fossem assíduos membros das atividades culturais promovidas segundo o calendário religioso quando realizavam os contratos pré-nupciais. Igualmente procurou torná-los respeitadores das normas sociais impostas. Constituem-se assim, em fato normal os festejos religiosos mostrarem a verdadeira roupagem da sociedade, haja vista que nessas festanças cada qual procurava apresentar o que de melhor tinha, por ser momento oportuno para todo tipo de

contato social, desde a simples conversa entre as damas até início de namoros entre jovens, realizando-se também entre os homens negócios, como a venda de escravos e de produção. Sintetizando, em torno da Igreja viviam as pessoas da época, respirando a moralidade religiosa conservadora e censora (entre 1778 a 1907).

Nos dias atuais o sentimento religioso vem se perdendo para outras religiões. Apesar disso, as manifestações tradicionais da fé ainda são seguidas na comunidade da Enseada de Brito, elevada à categoria de Paróquia Nossa Senhora do Rosário, por Alvará Régio do Direito do Padroado de Dom João V, Rei de Portugal, aos 13 dias do mês de maio do ano de mil setecentos e cinquenta (1750), as quais são percebidas nas Festas Religiosas, nos símbolos e no folclore local como um todo.

O imaginário do homem açoriano, de aquém e além-mar, era e ainda é, povoado de lendas e mitos, marcados por profundos sentimentos de religiosidade e misticismo.

No dia a dia das comunidades conviviam com os medos, as crendices, a fé e a esperança, a alegria, a dor e as promessas.

O homem do litoral catarinense e dos Açores tinha na fé o grande valor de sua vida. A igreja era para este o centro da vida social e cultural. As missas, novenas, procissões, festas religiosas, cantorias do Divino e de ternos de Reis, os casamentos, batizados e outros acontecimentos em torno da Igreja marcavam suas vidas. Os pagamentos de promessas marcavam o quadro da fé, a coberta d'alma e o luto, o respeito pelos mortos.

Neste universo de relação com Deus, as festas religiosas desempenhavam um importante papel de devoção e agradecimentos por graças recebidas.

A festa do Espírito Santo, tanto nos Açores, como em São José apresenta um forte apelo à fé e à devoção, só comparado à fé no Senhor Jesus dos Passos em São José e Santo Cristo dos Milagres nos Açores.

As comunidades fundadas por açorianos, em Santa Catarina, ainda guardam fortes traços da religiosidade deste povo.

As festas religiosas tradicionais, com destaque para o ciclo/festa do Espírito Santo, festa do Senhor dos Passos, procissão de Corpus Christi, festas de padroeiros, finados, a coberta d'alma e o pagamento de promessas, são marcas da religiosidade do homem litorâneo catarinense.

Festas religiosas na Enseada de Brito

As festas religiosas representavam momentos de confraternizações e negócios nas comunidades em clima de cordialidade e muita fé e devoção.

As festas populares em honra ao Divino Espírito Santo foram introduzidas em Portugal a partir do século XIII, após o casamento de El Rei Dom Diniz com a Rainha Santa Izabel da Aragão. A festa teve como berço a cidade de Alenquer, sendo atribuída a sua instituição à própria Rainha. A partir daí, se espalhou para todo o Império Português. Implantou-se, sobretudo, no Arquipélago de Açores.

Em meados do século XVIII, os açorianos atravessaram o Atlântico e trouxeram à terra de Santa Catarina os seus sonhos, conhecimentos e tradições. Ao lado da saudade, o açoriano transportou no coração a sua religiosidade, sua fé e culto ao Divino Espírito Santo. Este legado secular representa hoje a manifestação mais significativa da cultura popular de Santa Catarina, as festas em honra ao Divino Espírito Santo, realizadas normalmente cinquenta dias após a Festa da Ressurreição, a Páscoa.

A presença das festas do Espírito Santo em Enseada de Brito, Palhoça e Santo Amaro da Imperatriz, tornaram a região um importante local de preservação das tradições de origem açoriana, ligadas ao ciclo do Espírito Santo. As cantorias do Divino, com suas letras de fundo

religioso, acompanhando o percurso da bandeira do Divino, tornavam a visita às residências um momento especial de fé e alegria, para um povo profundamente religioso.

Ainda hoje ocorre a visita da bandeira acompanhada da cantoria, principalmente nos finais de semana, mostrando que a par da modernidade técnica, o povo mantém a força da tradição do Espírito Santo, trazida por seus antepassados do Arquipélago dos Açores.

O folião puxava o canto do Divino e os outros três ou mais repetiam. Os versos eram cantados para homenagear ou lembrar-se dessas pessoas falecidas ou em forma de agradecimentos etc., não havia quem não gostasse da cantoria. Os versos eram belos e até emocionavam.

A cantoria da bandeira do Divino, era na Páscoa, saía à bandeira e já iam cantando, era uma festa o acompanhamento da bandeira, vinha muita gente, eles davam donativos. Depois eram todos leiloados. A bandeira é a mesma, outros objetos do cortejo são: o tambor, o tarja, o violão e a viola. A casa que iria receber a bandeira, o pessoal que ali morava, poderia beijar a bandeira.

O festejo da bandeira do Divino começava nove semanas antes, na sexta-feira à noite tinha transladação da imagem. O cortejo partia da casa do festeiro, o veleiro levava a vela.

Abaixo, alguns versos da Cantoria do Divino recolhidos na Enseada de Brito:

A bandeira do divino
Minha bandeira do divino
Em tua casa está chegando
Minha bandeira do divino
E a bandeira do divino
Em tua casa está chegando
Tá levando seus devotos
E a visita desse ano
E tá levando seus devotos
E lembrando seus devotos.

Os devotos aqui chegando
Os devotos aqui chegando para cumprimentar
Este divino, trazendo este divino, na sua casa
para visitar
E a bandeira do Divino
E a andeira do Divino
Toma a tua romaria
Vão visitar a tua casa
Debaixo de cantoria.

Com o passar dos anos foi havendo transformações nesta festa confeccionada pelo povo, que a promove em alegre seu louvor espiritual. Uma tradição secular que a cada ano renova-se com arte, beleza e fé. É a mais tradicional das festas da Enseada de Brito, e a mais antiga do município de Palhoça. Durante quatro dias de entretenimento, acontecem manifestações religiosas, crenças populares, desfiles do cortejo imperial, *shows* musicais, apresentações de bandas, queima de fogos de artifícios, barraquinhas com comidas típicas, artesanatos e muitas outras atrações. O senhor Olavo de Souza, morador e nativo da Enseada de Brito, com 84 anos de idade, conta como acontecia a cantoria do Divino em sua época:

Era na Páscoa; saía a bandeira no domingo, na Semana Santa. As pessoas fechavam as casas e acompanhavam, era tipo de um cortejo, era uma festa. Naquele tempo vinha gente de todo lado e o donativo era a galinha, ovo, dinheiro, depois era leiloado, feito leilão de bolo. A bandeira que percorria as casas era igual a de hoje; a mesma coisa. Acompanhavam também o cortejo, o tambor, a salva, violino, rebeca, violão e viola. Era acompanhado todo trajeto com música.

Símbolos do Espírito Santo

• Água: simboliza e significa a ação do mesmo Espírito Santo. São Paulo confirma: “Fomos batizados num só Espírito”, e “Todos bebemos de um só Espírito” (BÍBLIA, A.T. I Coríntios, 12:13).

• Fogo: “Apareceram, então, umas como línguas de fogo, que se espalharam e foram pousar sobre cada um deles. Todos ficaram repletos do Espírito Santo” (BÍBLIA, A.T. Atos, 2:3). O fogo simbolizou a energia transformadora do Espírito nos Apóstolos.

• Pomba: “Quando Jesus foi batizado viu o Espírito de Deus, descendo como pomba e pousando sobre Ele” (BÍBLIA, A.T. Matheus, 3:16). O símbolo da pomba, para designar o Espírito Santo, é tradicional na Igreja.

• Vento/Sopro: “Jesus disse de novo para eles: a Paz esteja com vocês. Tendo falado isso, soprou sobre os Apóstolos, dizendo: receba o Espírito Santo” (BÍBLIA, A.T. João, 20:22).

Festa de Nossa Senhora dos navegantes

É a segunda festa mais cultuada no litoral sul do Brasil. Padroeira dos pescadores é levada pelas baías, rios e lagoas nas embarcações, devidamente embandeiradas para participar do cortejo. Segue-se de cortejo até a Igreja. No percurso da procissão são queimados fogos de artifícios. Esta procissão ocorre na Enseada de Brito (Distrito) com forte devoção a esta santa por ser uma comunidade pesqueira.

Procissão de Corpus Christi

A procissão de Corpus Christi é feita com grande beleza cênica e devoção. Os adornos que cobrem o chão, sob a forma de tapetes, confeccionado por flores, serragem, areia e outros materiais, bem como os enfeites nas janelas, sob a forma de colchas, tapetes de tecidos e toalhas bordadas, dão um tom alegre ao evento. Esta é mais uma das festas realizadas na Enseada de Brito, vinda dos Açores.

Nossa Senhora do Rosário – padroeira da Enseada de Brito

A Enseada de Brito é sem dúvida um dos lugares mais antigos.

Sendo Governador da Capitania, o Coronel Manoel Escudeiro Ferreira de Souza, elevou-se à categoria de Igreja Paroquial uma Capela nesta paragem, edificada em honra a Nossa Senhora do Rosário. Por Alvará Régio de 13 de maio de 1750, foi criada a Freguesia de Nossa Senhora do Rosário de Enseada de Brito.

São de grande valor histórico o Altar-Mor, a imagem de Nossa Senhora do Rosário, de São Francisco de Assis e São Domingos.

Foi seu primeiro pároco o Pe. Antônio Álvares Bittencourt, no período de 1751 a 1758. A Paróquia foi desativada em 1975. Nesta data, 13 de maio do ano de 2000, em que comemoramos 250 anos de elevação à Freguesia, na solenidade de Reativação da Paróquia, é empossado o novo Pároco, o Pe. Valmir Laudeliano Silvano, por provisão de sua Excelência Reverendíssima D. Eusébio Oscar Scheid, Arcebispo Metropolitano de Florianópolis.

Mito e lenda

A riqueza de estórias sobre bruxas, lobisomem, sereia, boitatá, mula-sem-cabeça, alma penada ou aparições enche o imaginário do homem simples, que recebeu dos seus antepassados uma visão de mundo marcada por superstições e medos do desconhecido, do inexplicável.

Algumas destas lendas vieram dos Açores, verdadeiras sobrevivências da Idade Média. Outras foram incorporadas da população indígena da região. Outras, ainda, foram surgindo com o passar do tempo, resultando do imaginário do homem litorâneo em suas relações com o meio ambiente.

O povo palhocense acredita que possam existir muitos fatos sobre o assunto, passados de geração em geração, que ainda são comentados nos dias atuais.

As pessoas mais antigas acreditavam em bruxaria, e há quem acredite ainda hoje.

Bruxas

Eram mulheres normalmente velhas que se transformavam em bruxas através do tempo para fazerem o mal às pessoas. A ocorrência dos fatos estranhos era o sinal da presença de bruxas na comunidade. Os mais antigos comentam que a mais nova das filhas de uma família que possuísse sete filhas mulheres seguidas seria a bruxa, e esse encanto só seria quebrado se a filha mais velha batizasse a irmã mais nova.

Dona Olga Emília de Souza de 72 anos, moradora de Palhoça, em entrevista nos relata que:

Havia na Enseada, uma mulher que acreditavam fosse bruxa. Alguns pescadores acreditavam que as bruxas costumavam se reunir na 6ª feira de lua cheia, se reunir numa pedra, conhecida por feiticeira, para rir e combinar as maldades que iriam fazer. Um pescador, que suspeitava que a comadre fosse bruxa, para desmascará-la, resolveu fazer fogo sobre a pedra, para que esta ficasse quente e queimasse o bumbum das bruxas quando estas fossem sentar. Na dita noite as bruxas ao sentarem, queimaram-se. O pescador no outro dia foi visitar a comadre e constatou que a comadre tinha dificuldades de andar e não queria sentar. Confirmou que esta era uma bruxa, desmascarou-a e esta perdeu o fado.

Arquitetura luso-brasileira no distrito da Enseada de Brito

O Estado de Santa Catarina é rico em diversidade cultural devido às múltiplas manifestações populares. Sobre o conjunto arquitetônico na Enseada de Brito e nos primeiros povoados de Santa Catarina, a especialista em Conservação e Restauração de Monumentos e Sítios Históricos da UFBA, Fátima Regina Althoff (2014) afirma que:

Em todos os sítios históricos do litoral de Santa Catarina vamos encontrar traços urbanísticos – arquitetônicos comuns, diferenciados apenas pela maior singeleza de alguns e o desenvolvimento de outros. E destes elementos os que mais guardam semelhanças são as praças e as igrejas que nelas se encontram. [...]. As praças aqui adotadas foram de traçado regular na forma de retângulo, com seu lado maior perpendicular ao mar, que se opõe em termos de localização à igreja. A arquitetura de caráter civil distribuiu-se pelas laterais, destacando-se as casas de câmara e cadeia. Da praça partiam perpendicularmente as demais ruas, interceptadas por outras no sentido contrário. [...]. Uma característica peculiar na implantação das freguesias diz respeito ao posicionamento da vila voltado para o poente, de costas para o mar [...]. Na arquitetura não se pode afirmar existir uma influência açoriana direta no que aqui se construiu, mesmo porque a gênese das edificações açorianas é a mesma que a de Portugal continental. [...]. Têm-se registro de que em alguns assentamentos a primeira morada do imigrante foi de pau à pique, o que pode ser atestado em documento do Governador Manuel Escudeiro à Corte de Lisboa, no ano de 1751 [...]. O partido arquitetônico adotado em terras catarinenses, em conjunto ou isolado, é o da casa térrea e do sobrado com cobertura em duas águas, cumeeira paralela à rua, em telhas cerâmicas do tipo capa e canal. Das alvenarias de pedra e/ou tijolos, rebocadas e caiadas de branco, sobressaem as aberturas contornadas de cores fortes e vibrantes, vinho, ocre, marrom, verde-escuro e azul-escuro. Alguns detalhes construtivos de origem lusa, muito utilizados, tornaram-se emblemáticos, no entanto são frequentemente associados à morada açoriana-brasileira, como o teto de telhas vã, sem forro, a beira – seveira, espécie de cimalha que funciona como beiral no formato de telhas superpostas, além da terminação em peito

Defesa e proteção legal do patrimônio cultural na Enseada de Brito

A preocupação com a defesa do patrimônio cultural brasileiro já ocorria em meados do século XVIII e teve prosseguimento no século XIX, vindo a amadurecer no terceiro decênio do século XX. Em 1937 foi instituído o Serviço de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional e publicado o Decreto-Lei nº 25/37, com o intuito de organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. No Estado de Santa Catarina atuou primeiramente na proteção das fortificações militares localizadas na Ilha de Santa Catarina e já em 1938 em outros bens, localizados em Laguna, Joinville e Florianópolis, e ainda em 1985 e 1987, nos centros históricos de Laguna e São Francisco do Sul. A proteção do poder público representado pelo Estado data de 1980, quando foi homologada a Lei nº 5.846, de Tombamento Estadual. A Fundação Catarinense de Cultura é a instituição encarregada da aplicação desta Lei e da proteção do bem cultural de importância estadual.

Integram o patrimônio cultural catarinense as formas de expressão; os modos de criar, fazer e viver; as criações artísticas e tecnológicas; as obras, os objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

O tombamento é um dos instrumentos utilizados para acautelar e proteger os bens representativos destes segmentos culturais, que estão impregnados das marcas de diferentes épocas de nossa história e que dizem respeito à formação da identidade e da vocação histórico-cultural de uma população. Os bens tombados pela Fundação Catarinense de Cultura constituem, assim, manifestações legítimas da cultura catarinense e são considerados de excepcional valor para o Estado.

A defesa das edificações tombadas compete não somente à Fundação Catarinense de Cultura e aos que lidam diretamente com estas: o proprietário, o usuário, o visitante eventual, o vizinho. É importante destacar que o proprietário e o usuário do bem tombado são os responsáveis diretos pela sua conservação, sendo que esta, na realidade, envolve toda a sociedade brasileira, que deve empenhar-se no exercício de sua cidadania para preservar os bens que culturalmente lhe pertencem.

Um dos patrimônios mais estruturados e arquitetados para a prática foi a Igreja Nossa Senhora do Rosário, localizada no vão central e centro histórico da Enseada de Brito, tombada pela Lei nº 5.846, de 22 de dezembro de 1980, com alterações da Lei nº 9.342, de 14 de dezembro de 1993, que incorporou a proteção das paisagens.

A preservação na esfera municipal

A arquitetura apresentada na freguesia da Enseada de Brito é fruto de uma história açoriana passada no século XVIII, onde os resquícios e vestígios permanecem até os dias atuais. Políticas públicas para a defesa do Patrimônio na cidade de Palhoça não são viáveis para a preservação das casas e construções da antiguidade. A pior característica é a falta de verba para o manuseio e o cuidado das casas permanentes. Assim, voluntários e colaboradores criam laços para defender a identidade e a memória do povo local. Temos casas que sua fachada permanece intacta, cores fortes e predominantes, característica dos traços açorianos, algumas residências, tal qual a casa da cultura no centro da Enseada de Brito, no seu interior já se utilizam traços modernos e tecnológicos.

O patrimônio cultural de cada comunidade pode ser considerado a sua cédula de identidade. Por isso, cada vez mais os municípios necessitam transformar-se em agentes da pre-

servação de sua própria identidade, garantindo assim o respeito à memória e manutenção de qualidade de vida, sobretudo em seus centros urbanos.

No desenvolvimento dos núcleos históricos, vão se perdendo peças importantes da memória urbana. Se não existirem mecanismos legais de controle e direcionamento deste crescimento, estes centros estarão fadados a desaparecer.

Assim como é imprescindível haver leis, como o Plano Diretor e o Código de Posturas e Obras, que organizam e regulam o desenvolvimento de um centro urbano, é necessário proteger legalmente as edificações e centros históricos da especulação imobiliária, através de leis municipais de preservação.

As leis e iniciativas municipais de preservação devem sempre que possível estar relacionadas com o planejamento urbano e territorial. Seria desejável a criação de zonas especiais de proteção nos planos diretores, a fim de garantir um tratamento diferenciado aos centros históricos, como já acontece com áreas de preservação ambiental.

No entanto, na falta desses instrumentos, é ainda a legislação de tombamento que garante a preservação do acervo histórico, arquitetônico e paisagístico do município. Ao contrário do que é propagado, o tombamento não imobiliza o desenvolvimento dos centros históricos. A proteção legal de algumas áreas de nossa cidade vem ao encontro à melhoria da qualidade de vida neste centro. As ações de revitalização urbana promovem a valorização dos imóveis e de suas funções. Além disso, o município pode criar e oferecer mecanismos de compensação ao proprietário do bem imóvel tombado ou preservado.

Outro benefício que o município pode lançar mão é do mecanismo de transferência do direito de construir, pelo qual o proprietário pode vender o potencial construtivo da sua propriedade, transferindo para o mesmo lote, quando este comportar, ou para outro terreno.

A prefeitura pode ainda, dentro das estruturas das secretarias de obras, criar equipes de conservação fornecendo mão de obra gratuita visando a execução de pequenos reparos nos bens tombados, cabendo ao proprietário arcar com o material necessário.

Material e métodos

Nas considerações relativas ao corpo do trabalho, salienta-se a importância do estudo e a pesquisa de campo, onde retratam aspectos notáveis para o entendimento da história local. Hoje, no distrito da Enseada de Brito, todos os caminhos apresentados pelas referências foram deduzidos por princípios verídicos e estruturados pelo conhecer significativo das pessoas que são nativas do lugarejo. Os métodos de pesquisa partiram da busca pelo documento original, fatos e eventos contemplados pelos descendentes das famílias colonizadoras, história transmitida pela oralidade e resquícios investigativos na própria localidade, fomentando a importância da pesquisa e do papel histórico e humano.

Todas as metodologias foram abordadas num período de tempo entre o segundo semestre do ano de 2014 e concluídas no mês de dezembro do mesmo ano.

Resultados e discussão - Entrevista

Entrevista realizada pelo acadêmico Robson Ferreira Fernandes à pessoa da Coordenadora e Pesquisadora da Casa da Cultura na Enseada de Brito, Mary Lucia de Souza da Silveira (Profissão: Professora Pedagoga Efetiva no Município de Palhoça, e Pós-Graduada em Educação infantil e Séries Iniciais).

Questionário investigativo sobre o distrito da Enseada de Brito, fundada em 13 de maio (Dia de Nossa Senhora de Fátima) de 1750.

1. Quais são os primeiros questionamentos (conflitos) a fazer sobre o distrito da Enseada de Brito? (Aspectos sociais, políticos, econômicos, culturais e religiosos).

R.: O distrito da Enseada de Brito foi fundado em 13 de maio de 1750 por casais colonizadores portugueses (e não por Peixoto de Brito), que diante de uma enseada atracaram seus barcos e criaram um dos primeiros vilarejos mais antigos de Santa Catarina. Esse local atingia os municípios que hoje são Paulo Lopes e São José.

2. Para a história a transmissão oral não deixa de ser valorizada e inserida na historicidade local. Os moradores mais antigos são convictos da tradição deixada pelos seus antepassados ou mais próximos sobre a realidade do local? Existem teses, referências sobre esse lugarejo de fácil acesso?

R.: Alguns nativos e moradores locais ainda sentem dificuldade em trabalhar e situar-se com o novo, o moderno. Alguns moradores trazem o regionalismo e sotaque fortemente nas suas falas; outros se lembram do passado como algo duradouro em suas vidas e em suas memórias. As referências bibliográficas são escassas e raras para o entendimento geral do distrito da Enseada de Brito.

3. Sobre a religiosidade católica do distrito, quais são os maiores desafios e contra-argumentos para a permanência dos laços de origem açoriana no local?

R.: O maior desafio é político, pois o religioso é intrínseco na relação das comunidades da Paróquia Nossa Senhora do Rosário. Atualmente o pároco da Matriz é o frei Rogério Rubick, integrante do Projeto Vida Nueva (ONG).

4. Além de ser tombado pelo IPHAN, o município preza por políticas de zelo e cuidado diante da arquitetura apresentada no local?

R.: A Prefeitura deixa aos ares um rico desígnio da nossa história. As políticas públicas com referência à Enseada de Brito são poucas: não existe uma contribuição financeira para o zelo e cuidado do ambiente. Através da docência efetiva e do voluntariado, as pessoas que trabalham na Casa da Cultura, implantando um coletivo de oficinas e informações da história da Enseada de Brito. As oficinas realizadas na Casa da Cultura são as mais diversas, tais como o trabalho com a cerâmica, a *patchcolagem*, as artes aplicadas, a renda de bilro e o crochê. Hoje em dia a casa contém uma quantidade de 70 alunos².

5. Quais são as festas religiosas (Festa do Divino Espírito Santo) mais valorizadas tradicionalmente pelos residentes da Enseada de Brito? Como funciona: A Bandeira do Divino, Peditório (pedidos para a realização das festas).

R.: Festa do Divino Espírito Santo e a festa de Nossa Senhora do Rosário ainda continuam no distrito da enseada de Brito.

Curiosidades e aplicações ao tema

- Todas as informações são repassadas no ambiente da casa da cultura, algumas pessoas ficaram nas salas das oficinas que são realizadas na mesma. A arquitetura da casa possui algumas partes modernizadas no seu interior e no externo permanecem os laços fortes da presença açoriana no local.

- A casa mais antiga do sul de Santa Catarina fica no distrito da Enseada de Brito.

- A Lei Estadual nº 12.292, sancionada em 2002, fica estabelecido o dia 6 de janeiro como comemorativo devido ao Dia da Cultura Açoriana no Estado de Santa Catarina. A principal justificativa é que no ano de 1748, chegaram as primeiras 461 famílias de açorianos na ilha do Desterro - Santa Catarina.

- A maior festa religiosa da Enseada de Brito até então, perante o século XVIII, foi a Festa de Nossa Senhora do Rosário. Durante a festa, o maior conjunto musical era o de Floria-

² Durante a entrevista com a coordenadora, pude fazer uma análise e interagir com as alunas sobre o tema.

nópolis e eles vinham de baleeiras.

- Os índios nativos da Enseada de Brito estão residindo atualmente no bairro do Pontal, na cidade de Palhoça.

- Alguns corpos da região de Naufragados vieram parar na Enseada de Brito, e hoje em dia estão em Portugal para a análise.

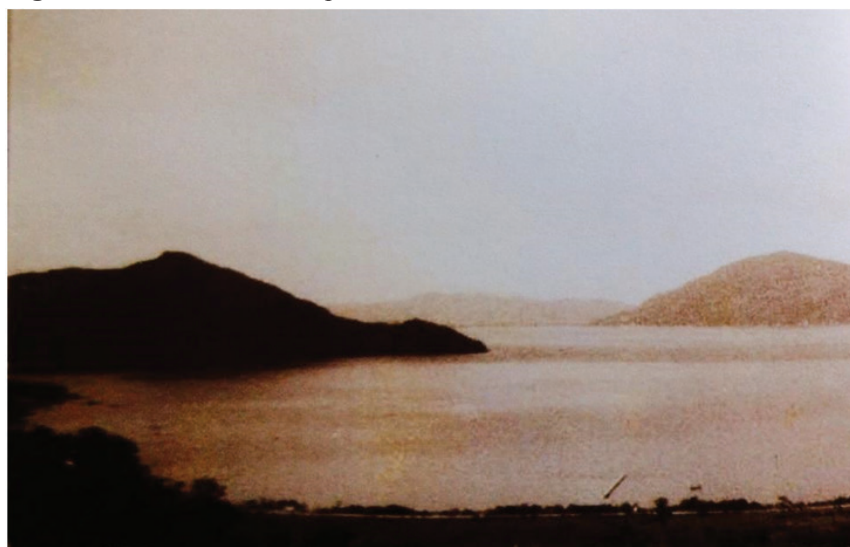
- Algumas pessoas que moram na Enseada de Brito e no município não têm conhecimento dos eventos mais simples e importantes da história da Enseada de Brito.

- A Cerâmica e a renda de bilro são fortes influências no distrito da Enseada de Brito.

- A Casa da Cultura não é uma residência imóvel da prefeitura, é alugada.

Imagens, fotos do distrito da Enseada de Brito

Figura 1. Enseada de Brito, aproximadamente ano 1970



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Figura 2 e 3. Arquitetura Colonial Açoriana da Enseada de Brito



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Figura 4 e 5. Arquitetura Colonial Açoriana da Enseada de Brito



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Figura 6 e 7. Arquitetura Colonial Açoriana da Enseada de Brito



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Figura 8 e 9. Arquitetura Colonial Açoriana da Enseada de Brito



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Figura 10. Vista Parcial da Praça Central na Enseada de Brito



Fonte: Arquivo pessoal do autor

Figura 11. Altar em honra ao Divino Espírito Santo no interior da Casa da Cultura na Enseada de Brito



Fonte: O autor

Figura 12. Objetos de cerâmica produzidos na Casa da Cultura da Enseada de Brito



Fonte: O autor

Figura 13. Objetos antigos permanentes na Casa da Cultura da Enseada de Brito



Fonte: O autor

Considerações finais

Os apontamentos finais indicam uma sólida relação existente entre o conteúdo apresentado e a determinação concretizada que existiu no percurso do Trabalho de Graduação. Apresentar as atribuições arquitetônicas do distrito da Enseada de Brito não é uma tarefa pontual e finalizadora, depende do administrativo político da cidade para zelar e defender as identidades e memórias do povoado.

A história vivida, há mais de 260 anos, na Enseada de Brito é fruto da colonização dos imigrantes açorianos que se estabeleceram aqui no território para fundamentar seus valores culturais e sociais, marcados pela presença forte dos laços regionais dos Açores.

Entretanto, há controvérsias quando o assunto é a herança deixada pelos açorianos no litoral de Santa Catarina, principalmente na Enseada de Brito. A Enseada de Brito é uma história social ímpar, cujo legado venceu o tempo, perpassou gerações e hoje retrata a alma, o sentir, o fazer, o imaginário de nossa gente. Um patrimônio cultural expresso e retratado por traços sobreviventes de uma longínqua matriz açoriana, perdida no tempo, sem qualquer registro que não o da tradição oral. A marca dos colonizadores que chegaram nos primeiros dias de 1748 está expressa e situada naquilo que sobrou do pouco que eles trouxeram, porque os açorianos eram pobres em termos econômicos e quase nada em termos culturais. Hoje existe uma supervalorização da influência açoriana em torno da capital de Santa Catarina e nos municípios que a cercam.

Referências

ALTHOFF, Fátima Regina. **Aspectos urbano-arquitetônicos dos principais núcleos luso-brasileiros do litoral catarinense. Núcleo de Estudos Açorianos da UFSC, Florianópolis.** Disponível em: <<http://nea.ufsc.br/artigos/artigos-fatima>>. Acesso em: 8 dez. 2014.

BÍBLIA SAGRADA. Nova Tradução na Linguagem de Hoje. Sociedade Bíblica do Brasil, 2000.

BOITEAUX, Lucas Alexandre. **Pequena História Catarinense.** Florianópolis: Cysne, 1919.

BRASIL, Luiz Antonio Assis. **Um quarto de légua em quadro**. Porto Alegre: Movimento, 1976.

BRITO, Paulo Miguel. **Memória Política da Capitania de Santa Catarina**. Florianópolis: Central, 1932.

CARTILHA. **Proteção legal do Patrimônio Cultural do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: MJ Consultoria, 2004.

_____. **Patrimônio Imaterial do Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: MJ Consultoria, 2004.

FARIAS, Vilson Francisco de. **Enseada de Brito – Evolução histórica demográfica, 1778 a 1908**. Tese de Mestrado, Universidade Federal de Santa Catarina, 1980.

_____. **Palhoça: natureza história e cultura**. Florianópolis: Editora do Autor, 2004.

_____. **Dos Açores ao Brasil Meridional, uma viagem no tempo**. Florianópolis: Editora do Autor, 1998.

IPHAN. Educação patrimonial. **IPHAN**. Brasília, 2011. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br>>. Acesso em: 18 nov. 2014.

MATOS, Marcos João de. **Raízes açorianas de Palhoça**. Palhoça: Secretaria de Educação e Cultura de Palhoça, 2009.

RIBEIRO, João Alberto de Miranda. Relatório do Governo da Capitania de Santa Catarina ao Vice-Rei do Brasil, 1797. In Dante Laytano. Coreografia Catarinense de Dante Laytano. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**, Rio de Janeiro, 1959.

SAINT HILAIRE, A. **Viagem à Província de Santa Catarina 1820**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1936.

SANTA CATARINA. **Leis e Decretos, etc. Coleção das leis da Província de Santa Catarina, 1835 – 1840**. Desterro: Typ. Catharinense, 1856.

SANTA CATARINA. **Leis e Decretos, etc. Resolução de 1º de Janeiro de 1839**, Imprensa Oficial, 1839.

SILVA, Manoel Scheimann. **Senhor Bom Jesus de Nazaré: padroeiro do município de Palhoça/SC: arte, história e devoção**. Palhoça: Editora do Autor, 2006.

TOLEDO, Bento Cortes. **Termo de visita de 1799**. Arquivo da Arquidiocese do Rio de Janeiro, s/d.

VIEIRA FILHO, Dalmo. **Notas para o Estudos das Primeiras Praças de Santa Catarina**. Florianópolis: Inedito, s/d.

Artigo recebido em 15/06/15. Aceito em 17/08/15.